

Crédito externo ficará mais caro e escasso, e a taxa de juro interna continuará elevada

Medidas seguraram a economia

14 AGO 1995

GAZETA MERCANTIL

Brasil

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

As medidas tomadas pelo Banco Central (BC) para conter o ingresso de moeda estrangeira revelam a intenção de manter o nível de atividades em banho-maria, ao desestimular o crédito externo e segurar os juros em patamares elevados.

“As decisões impedem a retomada da saída da recessão”, afirmou o presidente do Banco de Boston, Henrique de Campos Meirelles, e presidente da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (ABBI).

Alfredo Penteado, diretor vice-presidente do Banco ABC Roma, prefere qualificar de retração o estado atual da economia, mas concorda que as medidas são contracionistas. “Essa política poderia ser substituída por uma adequação do câmbio ao juro interno. O governo perdeu uma oportunidade ímpar de ajustar a taxa de câmbio e melhorar as exportações”, disse.

Acrescentou que a perspectiva de que a balança comercial volte a operar no azul, em breve, será possível por causa de fatores ex-

cepcionais de duração limitada, do juro muito elevado e das barreiras à importação.

A entrada de recursos externos, segundo Meirelles, estava irrigando a economia. Uma empresa que conseguia crédito externo, mesmo que pelo câmbio flutuante, acabava conseguindo financiar seus clientes ou distribuidores, alimentando um certo nível de atividades. Agora, esse mecanismo foi prejudicado, ao mesmo tempo em que o governo revela “a opção muito cristalina de não baixar os juros”.

Se o governo não estivesse preocupado em segurar paralelamente o nível de atividades, poderia ter baixado os juros e elevado o câmbio. Um ajuste da taxa do dólar teria o benefício de estimular as exportações, melhorando os resultados da balança comercial.

Há dúvidas em relação à parcela dos recursos que estavam ingressando no País para financiar a economia. Parece certo que, nos últimos dias, o grosso das remessas tinham por objetivo ganhar com o deságio entre o câmbio comercial e o flutuante, ou

Crédito externo bruto						
(Estimativa da composição do fluxo - médias mensais, em US\$ bilhões)						
Discriminação	1994			1995		
	1º sem.	2º sem.	Total	Jan/abr	Mai/jun	1º sem.
Total	1.7	0.8	1.2	1.8	4.3	2.6
Empréstimos em moedas	0.6	0.8	0.7	0.4	1.9	0.9
Bônus e notes	0.4	0.6	0.5	0.1	1.4	0.5
Setor público	0.1	0.0	0.0	0.0	0.9	0.3
Setor privado	0.4	0.6	0.5	0.1	0.5	0.3
Outros	0.2	0.3	0.2	0.2	0.5	0.3
Crédito à importação	0.5	0.9	0.7	1.1	0.5	0.9
até 1 ano	0.1	0.6	0.4	0.7	0.4	0.6
1 a 2 anos	0.1	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1
Mais de 2 anos	0.3	0.3	0.3	0.4	0.1	0.3
Crédito à exportação (*)	0.5	-1.0	-0.2	0.3	1.9	0.9

Fonte: LCA Consultores (*) Crédito de curto prazo

apenas aproveitar-se dos juros internos elevados.

Mas é considerável também a parcela destinada ao crédito, que amenizou de certa forma a escassez de empréstimos em moeda nacional. Levantamento da LCA Consultores, com base em dados do Banco Central e do balanço de pagamentos, mostra que o fluxo do crédito externo – excluindo crédito comercial – atingiu médias mensais de US\$ 1,9 bilhão no bimestre maio-junho, bas-

tante superior à média mensal de US\$ 400 milhões registrada nos primeiros quatro meses do ano. No semestre, a mensal dos fluxos ficou em US\$ 900 milhões, acima dos US\$ 700 milhões mensais de 1994.

O crédito externo, porém, não está alcance de qualquer empresa. Somente as grandes, que normalmente não precisam de crédito, são eleitas para essas linhas, o que causa uma discriminação dentro do

mercado, lembrou o ex-ministro da Fazenda, Máílson Ferreira da Nóbrega, embora exista algum efeito multiplicador, como descreveu Meirelles, em que essas beneficiadas acabam repassando parte do crédito para clientes e distribuidores.

Ainda não está claro o impacto do aumento de zero para 5% do IOF aplicado nas operações de crédito externo e emissão de eurobônus. Pelo menos um banco já revelou, na sexta-

feira, que vai reexaminar seus planos de lançamento de eurobônus. O IOF de 5%, aplicado logo na entrada dos dólares, vai resultar em um aumento do custo de captação e repasse de 3% ao ano em uma emissão com prazo de dois anos.

Esse banco calculou que seu custo de captação no exterior vai subir de 13 para 16% ao ano, mas está recioso com a capacidade de os clientes de pagarem a linha.

Eduardo Vassimon, diretor do Banco BBA Creditanstalt, afirmou que o repasse de crédito externo pelas regras da Resolução nº 63, vai ter sua taxa elevada no mesmo nível de 3% ao ano para uma operação de dois anos. Desse modo, o juro passará dos atuais 20, 22% ao ano, para empresas de primeiríssima linha, para 25% ao ano.

Para ele, no entanto, “apesar de mais caro, o crédito externo continuará extremamente interessante, por continuar mais barato do que o empréstimo em moeda nacional” e pela ausência total de linhas internas nos prazos disponíveis, no caso dos recursos do exterior.